CONVERSAÇÕES SOBRE EXPLORAÇÃO DE CAHORA BASSA

RAS ACEITA FORMA DE PAGAMENTO À RPM

• Conversações tripartidas prosseguem hoje no Cabo

por Tiago Viegas

N. 14/3/84

Foi já acordada uma forma de pagamento a Moçambique pela África do Sul, na exploração de energia eléctrica proveniente da Hidroeléctrica de Cahora Bassa. Esta conclusão foi obtida nas conversações tripartidas entre o nosso País, África do Sul e Portugal sobre Cahora Bassa, cuja primeira sessão se realizou na tarde de ontem, nos arredores da Cidade do Cabo, no sul da República sul-africana.

As conversações iniciaram-se cerca das 15 horas, prolongando-se até ao cair da noite. Informações colhidas pela nossa Reportagem indicam que neste primeiro dia chegou-se já a acordo sobre uma forma de pagamento a Moçambique, embora não tenham sido reveladas as modalidades em que o nosso País passará a beneficiar do empreendimento de Cahora Bassa.

No que se refere à renegociação da tarifa, também chegou-se já a um acordo sobre o aumento, não se conhecendo igualmente mais pormenores.

As conversações da tarde de ontem prolongaram-se por mais de quatro horas. De manhã, a nossa delegação manteve contactos em separado com os portugueses e sul-africanos.

A representação da República Popular de Moçambique é chefiada pelo Ministro da Indústria e Energia, António Branco, a sul-africana é dirigida por Louis Nel, Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros e a de Portugal pelo Secretário de Estado do Tesouro, António de Almeida.

A tarifa paga actualmente pela África do Sul a Portugal é de 0,5 cêntimos do Rand por quilovátio/hora, segundo um contrato assinado há alguns anos entre os dois países.

Moçambique possui uma participação minoritária no empreendimento que não lhe rende quaisquer dividendos. Os 40 a 50 milhões de Randes de receita que a actual tarifa proporciona a Portugal, cobrem eventualmente os custos da exploração da Hidroeléctrica de Cahora Bassa. Não ficam cobertos os encargos financeiros contraídos por Portugal, isto é, os investimentos estrangeiros pedidos por este país para construir o empreendimento.

Caso se mantivessem as actuais tarifas, Portugal continuaria a ver agravados os seus prejuízos. E mais do que isso, não poderia pagar o empreendimento.

No que se refere à África do Sul, Cahora Bassa é a alternativa mais barata de energia, mesmo que os preços das tarifas subissem para o triplo. Tanto as centrais térmicas, como as nucleares produzem energia a um preço bastante mais elevado, com as consequentes implicações na economia sul-africana.

O ano passado foi constituída uma comissão na África do Sul, para investigar os preços da energia, cada vez mais elevados, e que tiveram como consequência a subida dos custos de produção na indústria, cujos produtos e artigos deixaram de poder competir no mercado internacional.

Além de uma alternativa mais barata para a economia sul-africana, Cahora Bassa é uma fonte constante, firme e segura ao longo do ano. O volume de águas retido pela barragem permite produzir a mesma quantidade de energia ao longo de todo o ano.

A conclusão da Fase 2 de Cahora Bassa iria aumentar consideravelmente o potencial energético já existente, ao serviço da região.

É, aliás, nessa base que nas conversações aqui na Cidade do Cabo, a nossa delegação coloca como uma questão de princípio o facto de o empreendimento se encontrar em Moçambique e que, portanto, deve servir a região em que se insere, trazendo benefícios e vantagens às partes interessadas: Moçambique, Portugal e África do Sul, através da viabilidade económica do empreendimento.

Outra preocupação do Governo moçambicano, em discussão no Cabo é a garantia de transmissão de energia. Com efeito, Cahora Bassa serviu de teste para a experimentação de um novo sistema de transmissão de energia, por corrente contínua, ainda não totalmente provado e que agora levanta sérios problemas técnicos.

Uma das questões que têm prejudicado seriamente a África do Sul quanto à possibilidade de dispor de uma fonte energética mais barata que as actuais e prejudica também Portugal é a da segurança das linhas de transporte de energia. Espera-se que esta questão seja discutida no quadro do Grupo de Segurança Moçambique-África do Sul, na perspectiva da paz, estabilidade e progresso consagrados nos Acordos de N'Komáti, a serem assinados sexta-feira, entre o Presidente Samora Machel e o Primeiro-Ministro sul-africano Pieter Botha.

As três delegações voltarão a encontrar-se hoje em Groote Constantia State, um local conhecido pela produção de vinhos, nos arredores da Cidade do Cabo.

A delegação moçambicana, dirigida pelo Ministro António Branco, da Indústria e Energia, inclui altos funcionários do Governo, num total de sete elementos. Tanto a delegação sul-africana como a portuguesa são compostas por um total de onze pessoas cada uma.